

## AGOSTINHO NETO E A ITÁLIA. UM FELIZ ENCONTRO

MARIAGRAZIA RUSSO\*

O PRIMEIRO CONTACTO ENTRE AGOSTINHO NETO e a Itália passa através de uma personagem feminina: Gioconda Salvadori (1912-1998), mais conhecida como Joyce Lussu (Balestra, 1996; Albano, 2003). Esta mulher florentina com 49 anos de idade, cuja família tinha sido duramente perseguida no época de Benito Mussolini (1883-1945) pela polícia fascista, casada com o “partigliano” clandestino Emilio Lussu (1890-1975) ao lado do qual tinha viajado e encetado uma Resistência armada por toda Europa – numa Itália por fim democrática e alforriada de um sistema político repressivo – leu em 1961 um artigo de jornal de Cagliari sobre o problema de Angola<sup>1</sup>, resolvendo continuar a luta ao lado dos países do mundo ainda depauperados da própria liberdade. Naquela época em Itália poucos jornalistas se ocupavam das colónias portuguesas. De Agostinho Neto, portanto, ninguém sabia nada. Ela conheceu em França vários intelectuais que publicavam literatura africana francófona e sabia que Jean-Paul Sartre (1905-1990) e Louis Aragon (1897-1982) tinham feito

---

\* Università degli Studi Internazionali di Roma, UNINT. mariagrazia.russo@unint.eu

<sup>1</sup> Joyce Lussu no suo volume *Agostinho Neto* (Lussu, 1993) conta este episódio não mencionando nem o jornal nem o dia em que o artigo foi lido. Poder-se-ia tratar de “L’Unione Sarda”, e o artigo publicado na primavera de 1961 poderia ser “Nuovi torbidi nel dipartimento africano. Europei massacrati nell’Angola portoghese”, mas este artigo não menciona o Dr. Agostinho Neto. De toda forma é o único artigo que encontramos sobre o assunto publicado em Cagliari, na ilha da Sardenha na primavera de 1961.

uma petição em favor de Agostinho Neto. Tinha conhecimento também do facto que, na Inglaterra, o jornalista e escritor Basil Davidson (1914-2010) estudava todas as problemáticas políticas ligadas à África. Procurou então estas personalidades, as quais lhe mostraram a tradução em inglês de três poesias de Agostinho Neto. Será a partir da leitura destes poemas que Joyce Lussu ficou entusiasmada e achou que valia a pena dar a conhecer este poeta à Itália sobretudo para evitar que ele continuasse preso.

Joyce Lussu tinha a consciência de que, através da cultura e da difusão de obras que fossem a favor da liberdade seria possível sensibilizar a opinião pública europeia e inevitavelmente afectar o sistema dos países colonizadores. Com este objectivo Joyce Lussu falou com uns editores milaneses (Mondadori) que lhe prepararam um contrato para a publicação em tradução italiana das poesias de Agostinho Neto. Joyce Lussu pediu ao mesmo tempo uma carta em francês à Comunidade dos escritores de Roma que foi escrita a 20 de fevereiro de 1962 e enviada diretamente a Agostinho Neto (então na prisão do Aljube), pedindo-lhe um contrato editorial<sup>2</sup>: era uma solução para que o governo português soubesse claramente que o nome de Neto circulava em toda Europa, “et non seulement l’Europe”<sup>3</sup>. A carta está assinada por Giancarlo Vigorelli (1913-2005), Secretário da Comuni-

<sup>2</sup> ANTT, PIDE/DGS – PC 719/61 n° 5381, Prot. n° 5833/GV/eg (f. 359).

<sup>3</sup> As informações que seguem foram por mim apresentadas em Luanda em conferências proferidas nos dias 12 e 15 de setembro de 2005 respectivamente na União dos Escritores Angolanos e no Centro Cultural “Dr. António Agostinho Neto”: *Agostinho Neto e o processo de descolonização em África*. Sempre em Luanda abordei estes temas de outra perspectiva nos dias 15 e 16 de setembro de 2009, numa comunicação cujo título era *Quando o mundo protesta: algumas cartas nas mãos da PIDE del/para/sobre Agostinho Neto*, no Colóquio Internacional “Agostinho Neto: obra e pensamento”, e depois publicadas em Russo M., 2014. Muitas sugestões foram também aproveitadas por Giuseppe Mistretta (que teve acesso aos meus manuscritos), no capítulo “Politica e società italiana di fronte al dramma angolano. Una scelta coraggiosa” (Mistretta, 2013, 75-86).

dade Europeia dos Escritores desde 1958 até 1968, jornalista, escritor e crítico literário italiano, significativo representante da cultura lombarda:

Cher Ami,

Du 11 au 15 mars 1962 aura lieu à Florence l'Assemblée Générale de la Communauté Européenne des Ecrivains. A l'Assemblée participeront aussi comme observateurs de nombreux écrivains africains et asiatiques. Nous serions très heureux de vous avoir parmi nous, mais nous pensons que cela serait assez difficile, étant donné votre situation particulière. Nous vous serions toutefois très reconnaissant si vous vouliez nous envoyer un message qui sera très apprécié par l'Assemblée. Toute l'Europe, et non seulement l'Europe, connaît votre poésie et vous considère une des expressions les plus valables de la littérature africaine moderne.

Les 1000 et plus écrivains qui font partie de la Communauté Européenne des écrivains seront heureux de vous exprimer leur solidarité en forme concrète, pour hâter votre libération et vous permettre ainsi de reprendre votre activité littéraire, dans l'intérêt de la poésie et de la culture du monde entier.

Notre envoyée Madame Joyce Lussu se mettra en contact avec vous afin de vous participer nos vœux les meilleurs et prendre note de votre message qui sera lu pendant l'Assemblée de Florence.

Agréez, je vous prie, l'expression de mes sentiments les plus cordiaux.

Giancarlo Vigorelli

Dr. Agostinho Neto

LISBONNE

A carta foi concretamente enviada por Joyce Lussu desde a Embaixada de Itália para Lisboa ao "Sr. Agostinho Neto / Prisão do Aljube / Rua da Sé / Lisboa" no dia 7 de março de 1962 (aparece o carimbo dos correios de Restauradores). Na documentação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) esta carta vem acompanhada pelo seguinte resumo (manuscrito) em português:

Informa que de 11 a 15 de Março realizar-se-á em Florença a Assembleia Geral da Comunidade Europeia de escritores para o [sic] convidou o destinatário – suponham que seja difícil para ele<sup>4</sup> de tomar parte, dado às circunstâncias particulares, mas em todo o caso pedem qualquer comunicação – diz que toda a Europa e além da Europa conhece a poesia do destinatário – Todos desejam que seja posto em liberdade brevemente. A senhora Joyce Lussu, sua delegada, tomará contacto com o destinatário a fim de lhe entregar os melhores votos e tomar nota da sua mensagem que será lida perante a Assembleia na Florença.

Quando Joyce Lussu chega à prisão com o contrato da Mondadori na mão e com a carta assinada por Giancarlo Vigorelli em nome da Comunidade Europeia dos Escritores, a sua intervenção vem depois de uma longa detenção de Agostinho Neto. Na capital portuguesa Joyce Lussu encontrou alguns escritores anti-salazaristas como José Cardoso Pires (1925-1998) e Urbano Tavares Rodrigues (1923-2013), os quais – também perseguidos pela PIDE – não podiam fazer nada para facilitar o encontro na prisão com uma pessoa julgada perigosa e subversiva como Neto. Ela falou também com o embaixador italiano, o antifascista Remigio Grillo, que a recebeu com muito entusiasmo mas que não pôde fazer nada para que ela entrasse em contato com o preso político. Visitar Agostinho Neto era um facto extremamente delicado: a segurança era muita e os polícias da PIDE dificultavam até colóquios com os familiares. A única pessoa que podia facilitar o contato era o coronel Homero de Oliveira Matos, director da PIDE. E foi assim que ela se atreveu a ir sozinha para o Gabinete Central da PIDE e falar com este Director Geral. À entrada puseram-lhe na mão um papel onde tinha que escrever com quem queria falar e a razão daquela conversa. Ela apontou dois nomes: Coronel Oliveira Matos e Doutor Agostinho Neto. O homem, perplexo, dirigiu-se ao escritório

---

<sup>4</sup> A carta tem “o destinatário” corregido com “ele”.

e voltou dizendo que o Coronel estava muito ocupado e que não podia falar. Ela então deixou o número de telefone do seu hotel e foi-se embora com a certeza de que ninguém lhe ligaria nos dias seguintes.

Ao contrário do que poderia supor, ao meio-dia chegou-lhe o telefonema por parte da secretária do Director Geral da PIDE: o encontro foi marcado para as duas da tarde e ela com o seu português já enferrujento explicou, mostrando o contrato da casa editora e a carta, que, como tradutora italiana de Agostinho Neto, precisava encontrá-lo. O coronel evidentemente começou falando dele como de um subversivo, violento, traidor da pátria portuguesa e desagradecido para com o governo português que lhe pagava os estudos em Lisboa. Ela conseguiu então apenas entregar o contrato a Neto para que ele o assinasse.

Entretanto ao Governo português continuavam a chegar cartas de protestos internacionais: é, por exemplo, do dia 7 de Fevereiro de 1962 uma nota informativa da maior agência italiana de imprensa (ANSA) que transmite o seguinte comunicado (do qual se insere a tradução feita pela própria PIDE):

Milão, 7 (ANSA) – Um grupo de intelectuais, artistas, jornalistas e escritores italianos enviaram ao Presidente da Republica de Portugal uma carta, pedindo a libertação do poeta Agostinho Neto presidente de honra do movimento popular de independência de Angola, atualmente detido na prisão de Aljube. Os signatários da petição, entre os quais figuram Guido Piovene, Vittorini, Guttuso e outros, depois de observarem que “em todos os cantos da terra os povos lutam para obter sua independência” afirmam não pretender discutir os “motivos políticos” que se procura opor à acção daqueles povos, e acrescentam: “Temos certeza de que aqueles que se levantam para defender os direitos desses povos não merecem ser considerados culpados, mas sim representantes da própria idéia de liberdade”.

No dia seguinte este comunicado aparece na folha de *O Estado de São Paulo* (8-2-1962), com o seguinte título: “Artistas italianos pedem liberdade para escritor português”.

Joyce Lussu tentou encontrar o endereço da esposa de Neto, Maria Eugénia, a qual lhe contou a vida de Agostinho e procurou as poesias por ele escritas, publicadas e inéditas. Joyce Lussu voltou com este material para Itália, segura de que a edição sairia postuma, dada a violência com a qual o Coronel falava dos traidores da pátria que haviam de morrer.

No dia 24 de Março de 1962 a PIDE confirma que ainda é interdita a saída de Agostinho Neto embora o prazo tenha caducado. Mas inesperadamente no mês de Março Joyce Lussu recebeu um telefonema de Mário Ruivo (1927-2017), um anti-salazarista, exilado em Roma, que lhe comunicava as demissões do Coronel Homero de Oliveira Matos e o seu último acto de conceder a liberdade vigiada e provisória a Agostinho Neto. Assim Joyce Lussu voltou para Lisboa com o objectivo de falar directamente com o seu poeta. Ele ditou-lhe umas frases para a introdução à antologia italiana e esclareceu algumas dúvidas linguísticas: “Esperemos que o leitor destes versos – dizia Neto – agora publicados em italiano graças a Joyce Lussu, perceba a angústia de quem ainda não teve a sorte de ver a própria obra – não interessa quanto valiosa – escrita na própria língua e lida pelo próprio povo”. Foi nesta ocasião que Neto contou a Joyce Lussu a sua luta política e sócio-cultural, confessando que devia a própria vida ao facto de ser poeta: Salazar era demasiado esperto para não ouvir as vozes que vinham do estrangeiro. A poesia salvou o homem, e a intervenção de Joyce Lussu foi providencial e feita no momento certo. Agora que estava fora da prisão era necessário cogitar um plano de evasão. Joyce Lussu organizou com a Embaixada de Itália um encontro oficial em honra do ilustre poeta angolano e da tradutora italiana. Foi convidada toda a imprensa internacional. Agora, ninguém se atreveria a prender uma personagem tão famosa como Agostinho Neto aí pre-

sente. Entretanto o futuro presidente de Angola, em liberdade vigiada, pediu a possibilidade de sair “para um dos países da América Latina”. Mas o documento em que se toma em consideração este pedido de Agostinho Neto deixa entender toda a veemência com a qual se considerava a personalidade do líder angolano. O tom que o Director do Gabinete de Sua Excelência o Ministro do Ultramar usa para responder no dia 29 de Maio de 1962 mostra, de facto, a justa inquietude de quem sabe que antes ou depois esta pessoa tornar-se-á perigosa:

O Dr. António Agostinho Neto foi detido em Luanda, no dia 8 de Julho de 1960 por exercer acentuada actividade contra a segurança do estado como “elemento” responsável do chamado “Movimento Popular para a Libertação de Angola”, vulgo “MPLA”. Ainda durante a instrução preparatória do respectivo processo, ou seja, no dia 8 de Agosto, veio transferido para Lisboa em virtude de se admitir que da sua permanência em Luanda pudesse resultar qualquer perturbação de ordem pública que, à data, produziria graves consequências. Recolhido numa das cadeias privativas desta polícia, ali se conservou até que, por ter sido decidido não fazer a sua entrega ao Poder Judicial, veio a ser-lhe fixada a residência na Província de Cabo Verde. Posteriormente, o Dr. António Agostinho Neto, foi colocado como Delegado de Saúde, na Ilha de Boa Vista e em vez de se dedicar somente à sua vida profissional como assegurara, passou a desenvolver acentuada propaganda cujo objectivo não poderia ser outro que não fosse o de perturbar a tranquilidade pública e provocar a animosidade contra as forças do exército que actuavam em Angola. Daí resultou ter sido, outra vez, detido e removido para Lisboa com o processo então organizado, recolhendo, assim, à cadeia do Aljube. Dado, porém, que as averiguações se tornavam difíceis, já que se referiam a factos passados longe da metrópole, não foi possível reunir os elementos suficientes de prova indiciária que permitiriam remetê-lo ao Tribunal e por isso, veio a ser restituído à liberdade em 15 de Outubro de 1960.

Quer isto dizer, portanto, que o Dr. António Agostinho Neto, por duas vezes beneficiou de circunstâncias especiais, à primeira das

quais não foi estranha a benevolência, que, a não se virificarem, te-lo-iam relegado ao Poder Judicial. Antes, porém, quando ainda se achava detido, procurou por variadas formas, quer dirigindo cartas, exposições ou requerimentos, especular com uma situação a que apenas ele dera lugar, até porque não acatara o compromisso que assumira e que consistia em não se intrometer em actividades contrárias à segurança do estado. De resto, tal atitude não causou, nem causa estranheza, porquanto constituia e constitui uma das formas preconizadas pelo chamado “partido comunista português” – de cujos “quadros juvenis” fez parte e do que lhe resultou uma condenação que cumpriu – no sentido de todos os seus membros, “simpatizantes” e familiares dos detidos ou reclusos, apresentarem constantes reclamações escritas e sobre qualquer pretexto. É alias, o que o Dr. António Agostinho Neto sempre tem feito com o fim de satisfazer as “directivas” do “partido” que, como se sabe, defende e apoia todos os “movimentos” ou “organizações” clandestinas do Ultramar, incluindo as de carácter separatista. Quanto às dificuldades que diz sentir, como alude na sua exposição, e aos problemas que se levantam para exercer a sua actividade profissional, todos são resultantes, como se deixa ver, dos factos que praticou. Tudo o mais que alega, não passa da usual especulação que pretende levar a cabo, até porque se presta a fazer críticas acerca de decisões que teriam sido tomadas sobre colegas seus e que, portanto, não lhe respeitam. A sua pretensão de seguir agora com a família para um dos países da América Latina, assenta no propósito de – como todos aqueles que se dizem no “exílio” – vir a desenvolver, e em qualquer local, segundo a experiência mostra, o Dr. António Agostinho Neto é um elemento pernicioso, o que significa, por isso, que tanto o é na metrópole, como no ultramar, como no estrangeiro.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> ANTT, PIDE/DGS – PC 887/60 cx 5351, ff. 126 s. Lisboa prot. 2.309/62 – 1.º divisão. Hoje em dia os documentos da PIDE encontram-se facsimilados na edição da Fundação Agostinho Neto, coordenada por Maria Eugénia Neto e Irene Neto, em 5 volumes, *Agostinho Neto e a libertação de Angola 1949-1974. Arquivos da PIDE-DGS*, Luanda, 2012.

No mesmo ano de 1962 começou-se então a planejar a evasão do Neto para a qual contribuíram o Partido Comunista Português, que se valeu do barco do comandante comunista Nogueira, e algumas personalidades italianas que ajudaram na logística da fuga: além de Joyce Lussu<sup>6</sup>, que porém pouco interveio porque foi bloqueada no hotel e expulsa de Portugal, Leda Giulini, uma italiana de ascendência búlgara. Foram para Marrocos e daí para Leopoldville, onde o poeta e a tradutora italiana puderam encontrar-se.

A partir de aí a vida clandestina de Agostinho Neto levou-o várias vezes a Itália. Em Fevereiro de 1963 sai *Con occhi asciutti*, em Milão, pela editora Il Saggiatore (de Alberto Mondadori), com tradução e edição de Joyce Lussu e uma nota preliminar, não assinada, do escritor e crítico Giacomo Debenedetti (1901-1967) (Celani, 2003; Russo, 2003; Capancioni, 2012; Topa, 2020). Para a apresentação do livro, Agostinho Neto vai pela primeira vez a Itália, em Milão<sup>7</sup>, onde – entre outras coisas – conhece Augusta Conchiglia<sup>8</sup>, que será a secretária da associação fundada por Joyce Lussu entre 1965 e 1966 com o desejo de continuar a trabalhar na direcção de dar a conhecer ao mundo italiano a realidade angolana: a ARMAL (*Associazione per i rapporti con*

---

<sup>6</sup> Em relação a esta parte da história Joyce Lussu declara ter sido a sua amiga Leda Giulini a ajudar na fuga do próprio Neto, evitando de considerar o apoio do Partido Comunista Português. Pelo contrário Augusta Conchiglia (n. 1948), que entrevistámos sobre estes assuntos, comunicou que a acção de evasão de Agostinho Neto foi de facto obra do Partido Comunista e que a Leda Giulini não teve nem sequer a possibilidade de contribuir nessa fase. A Joyce, a Leda e Agostinho Neto conheceram-se em Kinshasa.

<sup>7</sup> Em Lussu, 1994, publicam-se as poesias traduzidas por Joyce Lussu, incluindo o último texto de Agostinho Neto, escrito em 1963: “Roma como Milão” / “Roma come Milano”.

<sup>8</sup> Augusta Conchiglia é autora do film *La Vittoria è certa*, gravado em Angola entre 1968-1969, realizado em 1971, onde se conta a guerra de libertação em Angola numa viagem feita com Randi Krokaa (1944-2007), Guelfo Guelfi (n. 1945) e Stefano de Stefani (n. 1929), na época realizador da RAI.

*i movimenti africani di liberazione* ou seja a Associação para as Relações com os Movimentos Africanos de Libertação): a sede oficial desta associação encontrava-se em Roma em Via delle Mantellate, 17 e a sua actividade foi sustentada economicamente pelos próprios fundadores e por várias personalidades políticas e culturais da época – Mario Albano (1948-2020), Giangiacomo Feltrinelli (1926-1972), Giacomo Mancini (1916-2002), Gian Piero Gamacchio<sup>9</sup>, ligado à tipografia LITOPRESS. Nesta casa foram hospedados numerosos combatentes das antigas colónias, até que com este fim especial foi alugada uma casa própria. Foi através desta associação que também se chegaram a publicar vários livros sobre Angola<sup>10</sup>.

Itália tornou-se, assim, para Agostinho Neto uma espécie de pátria literária e pátria intelectual que ainda hoje se lembra do que ele escreveu e do que ele, homem de poucas e essenciais palavras, soube comunicar para a liberdade dos povos.

Em 1970 acontece um episódio significativo que determinará uma mudança na interpretação internacional em relação aos países colonizados pelos portugueses: em Itália, exactamente na cidade de Roma (zona EUR), nos dias 27, 28 e 29 de junho desenvolveu-se uma conferência internacional de solidariedade contra o colonialismo português (AFG, 1970: 708; Novati, 1970: 668; Borruso, 2004: 150-151; Borruso, 2006: 214; Russo, 2020), na qual intervieram Amílcar Cabral (1924-1973)<sup>11</sup>, que abriu os trabalhos com uma comunicação intitulada *Notre Lutte est aussi un acte de solidarité*; Agostinho

<sup>9</sup> Só muitos anos depois se descobrirá que Gamacchio pertencia à extrema direita e que se tinha infiltrado no ARMAL, importante ponto de difusão da luta armada angolana, para conhecer as acções clandestinas do MPLA.

<sup>10</sup> Como os volumes de Lussu, 1968; MPLA 1969 e 1970, neste último caso trata-se de uma reportagem fotográfica feita por Augusta Conchiglia. As informações sobre esta associação foram-me fornecidas pessoalmente pela mesma Augusta Conchiglia, actual memória histórica da luta de libertação angolana em Itália.

<sup>11</sup> “Relatório sobre a situação da luta pelo camarada Amílcar Cabral”, Secretário Geral, Janeiro de 1971, 29-30, Fondo Amílcar Cabral e Paigc, Archivio Basso 5 coll. VII/44.

Neto, que fez uma relação sobre os países africanos colonizados pelos portugueses, e Marcelino dos Santos (1929-2020) com a seguinte relação, *La Lutte de Libération Nationale en Angola, en Guinée et au Mozambique et l'Action Collective Internationale contre le Colonialisme Portugais et l'Imperialisme*. É o primeiro encontro em Europa (o anterior tinha-se desenvolvido em Khartum no Sudan).

Foram três dias (sábado, domingo e segunda-feira) em que os participantes refletiram sobre os países luso-africanos. Quem, sobretudo, seguiu os trabalhos desde o princípio foi o jornal *L'Unità*, o qual não só publicou um amplo artigo no dia seguinte<sup>12</sup>, mas também dedicou duas páginas na sua revista político-cultural *Rinascita* (28, 19) – fundada, em 1944, por Palmiro Togliatti (1893-1964), líder histórico do Partido Comunista Italiano – dirigida, naquela altura, por Alessandro Natta (1918-2001), no qual se descreve pormenorizadamente a situação da colonização angolana: Agostinho Neto, “Che cosa chiediamo all'Europa”. Também no dia 29 de Junho voltou a falar do assunto intitulado o artigo de maneira muito significativa: “Conferenza di solidarietà coi popoli delle colonie portoghesi. ‘Tre Vietnam’ nel continente africano”. “Sono Guinea Bissau, Angola, Mozambico – Aperta da Parri la prima seduta all'EUR – Delegati di circa 50 Paesi – Le adesioni di Nasser, Arafat, Pham Van Dong – Gli interventi di Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Maria Pádua”. Mas é no dia 30 que o artigo de *L'Unità*, para chamar ainda mais a atenção, introduz uma fotografia dos três representantes durante a conferência e um mapa de Angola. O artigo de três colunas assim anuncia: “Conclusa a Roma la prima conferenza internazionale di

<sup>12</sup> *L'Unità*, 27-6-1970: 4, “Con la partecipazione di centinaia di delegati di decine di paesi. Oggi si apre a Roma la conferenza contro il colonialismo portoghese”. “Presenti anche rappresentanze delle Nazioni Unite e dell'Organizzazione dell'Unità Africana – Ampie adesioni di sindacati e partiti in Italia – Obiettivo principale: rompere la catena delle complicità internazionali (in primo luogo della Nato)”.

solidarietà. Abbiamo bisogno di armi e medicinali per battere i colonialisti portoghesi”. Os apelos são claros e o apoio dado pelo jornal de esquerda aos povos africanos é explícito e incondicionado.

Também outros jornais se uniram para comentar o episódio: *La Stampa* (30-6-1970: 20) em “Nostro Servizio particolare”, demonstra grande atenção. O artigo não é muito grande, apenas uma meia coluna: “I movimenti di liberazione. Conferenza a Roma sulla lotta in Angola”. O que estes três líderes pedem é de “cessare ogni investimento nei loro Paesi, per evitare di rafforzare la presenza portoghese”. No artigo aparece a lista completa dos organizadores desta segunda Conferência Internacional de solidariedade ao lado da luta dos povos das colônias portuguesas: “psi, pci, psiup, movimenti giovanili repubblicano, democristiano, socialista, Acli, grandi Confederazioni sindacali”. Durante a sua conferência Amílcar Cabral tinha-se dirigido ao Papa para que a Igreja acabasse a sua solidariedade para com os colonos que escondiam os próprios desejos de posse da terra detrás de uma defesa dos valores cristãos.

Nesta direcção durante a permanência em Roma dos representantes das forças de libertação da África portuguesa, mais um episódio chamou a atenção mundial. Na audiência papal da quarta-feira seguinte (1 de Julho) participaram em audiência particular Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. Nenhum jornal pôde evitar o comentário (Milani; Russo, 2012): os de esquerda aproveitaram para sublinhar a importância histórica do episódio. *Il Paese Sera*, 3-7-1970: 14, afirma *Paolo VI riceve i leader delle colonie portoghesi*; mas também outros jornais assinalam o episódio: *Il Corriere della Sera* saiu com um artigo “Dal Papa i ‘leaders’ della resistenza al Portogallo. Appello di Paolo VI alla non violenza” (2-7: 11). *La Stampa* retoma, como *Il Corriere della Sera*, a importância da paz: “Paolo VI riceve i leaders della resistenza africana”: “Auspicio che i popoli africani raggiun-

gano l'indipendenza con mezzi pacifici. E li esorta a costruire uomini nuovi per società nuove” (2-7-1970: 14; *Il Papa coi ribelli*, 3-7-1970: 2).

*La Stampa* foi o jornal que talvez tivesse dedicado mais espaço ao assunto. Nele se fala de uma visita secreta (“segretamente”), não registada, nem pelo órgão oficial da Santa Sé *l'Osservatore Romano* nem por outras fontes, afastando dos apartamentos papais até o fotógrafo pontifício. O Papa entreteu-se com os líderes durante meia hora (12:15-12:45), afirmando que “la Chiesa è al corrente della tragedia che ha travolto le colonie portoghesi e è al fianco di coloro che lottano per la propria libertà come ha documentato l'enciclica *Populorum progressio*. Ha auspicato con calore che la lotta sia condotta con mezzi pacifici e che gli africani, ora soggetti al Portogallo, possano, dopo la fine della guerra, ‘costruire uomini nuovi per società nuove’”. *La Stampa* regista que foi Amílcar Cabral a responder em nome do inteiro grupo: “Noi conosciamo a memoria la *Populorum Progressio* [da qual receberam cada um cópia, quer em latim, quer em português] che consideriamo un'assicurazione contro l'oppressione. Ci auguriamo che i cattolici portoghesi cessino di massacrare le nostre genti, di bombardare i nostri villaggi e ci permettano di costruirci la nostra vita”.

No mesmo jornal, no dia seguinte (*La Stampa*, 3-7-1970: 2), sai um artigo de uma coluna e meia na segunda página (portanto com um relevo particular) escrito por Raniero La Valle (n. 1931) jornalista de relevo, director de *L'Avvenire d'Italia* desde 1961 até 1967, representante forte do catolicismo italiano, muito perto ao cardeal Montini já antes da sua eleição ao pontificado com o nome de Paulo VI (1897-1978; papa desde 1963), mais tarde em ocasião do referendo de 1974 sobre o divórcio em Itália tomou posições contrárias às indicações dadas pela hierarquia católica até tornar-se deputado do Partido Comunista Italiano. Sempre atento a temas de justiça e de paz internacional participou nos trabalhos deste

momento de solidariedade internacional. O seu contributo com o artigo (“Uomini e religioni. Il Papa coi ribelli”) que saiu em *La Stampa* foi importante para a imprensa italiana: neste o jornalista refere uma conferência de imprensa com Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral (Raniero La Valle e outros jornais não falam da presença de Agostinho Neto) na “Libreria Paesi Nuovi” (em Roma, na Piazza Montecitorio, uma praça central onde está o Parlamento italiano), ponto de encontro de oprimidos, exilados, intelectuais e líderes políticos do Terceiro Mundo. “Un avvenimento di portata storica” seria a definição dada pelo moçambicano ao encontro papal. Sempre segundo o que refere o jornalista italiano em relação a Marcelino dos Santos, os três representantes teriam dito ao Papa que

la loro non è una lotta contro un altro popolo, col quale vorrebbero anzi vivere in pace; se hanno preso le armi è perché il colonialismo portoghese ve li ha costretti, dopo che tutti i mezzi pacifici erano risultati vani, per questo hanno chiesto al Papa di esercitare tutta la sua influenza, perché il governo portoghese “cessi i massacri nei nostri paesi, cessi la guerra coloniale”. [...] E il Papa, ha continuato il dirigente negro, ha risposto che la Chiesa si preoccupa per tutti quelli che soffrono, e specialmente per i popoli africani; che essa sostiene la lotta per la giustizia, per la libertà, l’indipendenza e la pace dei popoli; per questo, ha aggiunto, dos Santos “il Papa ha detto che pregava e faceva voti per la nostra causa”. Ormai sappiamo perché il Papa ce l’ha detto, ha concluso, quale deve essere la posizione dei cattolici.

E Amílcar Cabral não hesita em dizer que “i cattolici portoghesi sanno cosa devono fare e non; dopo questo evento entriamo in una fase nuova della nostra azione”. Raniero La Valle neste artigo é muito marcado nos seus juízos contra a Igreja, acusada de estar demasiado ao lado do governo fascista português (Raniero La Valle tinha sido director de *L’Avvenire d’Italia* nos anos do Concílio Vaticano II e era por-

tanto favorável a uma igreja interventista, segundo algumas leituras que foram feitas deste Concílio eclesial): “La Chiesa portoghese, salvo coraggiose eccezioni, ha dimostrato finora [solidarietà] al regime colonialista del suo paese” e “la Sede Romana ha manifestato in questi anni riserve verso i movimenti popolari di liberazione in Asia, in Africa e in America”. O giornalista italiano no que diz respeito a este episódio romano afirma: “non si può non restare impressionati da questo gesto di Paolo VI, che sembra rompere con le pratiche di una neutralità paralizzante, e che assume oggettivamente un valore di profezia e di giudizio; un gesto che ha sorpreso molti a Roma e, in qualche misura, ma lentamente gli stessi protagonisti dell’udienza”. E ainda mais categórico é no fim do artigo:

Il Papa fa un gesto senza calcoli, senza diplomazia; non un gesto straordinario ma vero; di quel radicalismo, e di quella semplicità, di cui solo un cristiano, nei momenti di grazia, è capace. Non ha usato la prudenza dei sapienti, e il Vangelo si è fatto vivo, si è tradotto in un gesto visibile a tutti, oltre ogni parola. Ha messo in gioco non solo le buone relazioni con un governo, ma ha rimesso in questione la coscienza della Chiesa nei confronti delle lotte e del travaglio del nostro tempo.

Si potranno indagare i retroscena dell’udienza. Si potrà supporre che la diplomazia vaticana, che gode di una fama spesso immeritata, non avesse valutato fino in fondo, nell’assenza da Roma di alcuni tra i maggiori responsabili, la portata e le conseguenze di questo incontro e che poi abbia cercato di correre ai ripari, evitando la pubblicità. Ma il Papa sapeva certamente quel che faceva. Forse è stanco di vedere in giro tanta diplomazia e così scarsi frutti di fede. Forse è stanco di vedersi tornare indietro le parole, senza che le cose ne siano trasformate. Forse è stanco di rivolgere ai potenti ossequiosi moniti inascoltati. Forse, dopo gli sguardi al passato occasionati dai recenti anniversari, pensa a ciò che la Chiesa ancora si attenda da lui.

*Paese Sera*, o jornal de esquerda que, segundo as suas orientações políticas, devia dar ênfase a este acontecimento, dedicou-lhe, pelo contrário, apenas uma meia coluna de 55 linhas. Em relação a *La Stampa* o jornalista anónimo do *Paese Sera* acrescenta o facto de Marcelino dos Santos ter manifestado “riconoscenza e soddisfazione per l’evento”. Simultaneamente Amílcar Cabal, na mesma audiência, teria afirmado que “molti cattolici e sacerdoti portoghesi, tanto in Portogallo quanto nelle colonie – nonostante l’appoggio delle alte gerarchie ecclesiastiche alla guerra coloniale – solidarizzano con la causa dei popoli africani e per queste soffrono carcere e persecuzioni”.

A esta visita seguiram-se imediatamente as queixas do governo português (manifestas evidentemente também através da imprensa: *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã* e *A Voz*) (Matos, 2014), registadas pelos jornais italianos: *Il Corriere della Sera*, num artigo muito amplo assinado por Fabrizio De Santis, intitula “Tensione fra S. Sede e Portogallo” (4-7-1970: 7) e organiza o tema contando os factos e pondo “Interpretazioni” e “Portata storica” a sublinhar a importância do acontecimento; *L’Unità* sublinha a polémica: “Accuse dirette del governo portoghese al Papa” (6-7-1970: 12); “Per l’udienza ai capi della guerriglia. Lisbona: nuovi attacchi al papa” (7-7-1970: 4). Também *Il Paese Sera* se debruça amplamente sobre o assunto: “Violenti attacchi di Lisbona al Papa”. “Richiamato l’ambasciatore, vuole ora dal Vaticano ‘spiegazioni convincenti’. Riaffermata la linea colonialista portoghese. Ricattatorio riferimento a otto secoli di relazioni diplomatiche” (*Paese Sera*, 6-7-1970: 7); “Lisbona pretende ‘spiegazioni’”. “Il Portogallo riafferma la sua linea colonialista e definisce ‘criminali’ i patrioti delle colonie” (*Paese Sera*, 7-7-1970: 12); “La polemica Lisbona – Santa Sede. Anche un arcivescovo contro il Vaticano” (*Paese Sera*, 8-7-1970: 16, com referência ao monsenhor angolano Manuel Nunes Gabriel, 1912-1996). Os artigos do *Paese Sera* falam

de “aspre e scomposte reazioni”, de “vive preoccupazioni”, de “clima di oltranzismo e di intolleranza suscitato dai colonialisti di Lisbona”. O embaixador de Portugal Eduardo Brazão (1907-1987) foi chamado para regressar ao seu país; as suas declarações vertem sobre as longas relações entre Itália e Portugal: “Le nostre relazioni risalgono agli inizi della monarchia in Portogallo, nel secolo XII. È difficile pensare che la Santa Sede non tenga in considerazione tutto un passato di servizio alla Chiesa”. Eduardo Brazão foi assim encarregado de apresentar um pedido formal de esclarecimento ao Cardeal Jean-Marie Villot (1905-1979), Secretário de Estado do Vaticano. O nuncio Cardeal Giuseppe Maria Sensi (1907-2001) ter-se-ia depois ocupado de entregar a resposta da Santa Sé ao governo de Marcelo Caetano (1906-1980).

Claro que no dia seguinte *L'Osservatore Romano* ((4-7-1970: 2), o jornal do Vaticano, teve que responder com uma pequena notícia intitulada “Interpretazioni ingiustificate”, na qual se refere que o Papa, dada a sua missão, não se recusou a receber pessoas que pediram para participar na audiência pública da quarta-feira e conclui: “Il Santo Padre ha rivolto loro parole di saluto e di esortazione alla fedeltà ai principi cristiani cui sono stati educati”. Os atritos acabaram e os jornais italianos registaram esta situação, às vezes reforçando a importância da conferência e da audiência: *Il Corriere della Sera* (9-7-1970: 2) fez um artigo afirmando “Composto l'incidente fra Santa Sede e Portogallo”; *L'Unità* (8-7-1970: 7) numa mesma página saiu com dois artigos, o primeiro dando ênfase a importância da presença dos três africanos em Itália: “I leaders della lotta di liberazione delle colonie portoghesi. La lezione di tre ‘selvaggi’” lembrando no resumo que “Molti europei hanno ‘scoperto’ con la conferenza di Roma una realtà prima ignorata: quella dell’Africa decisa a costruirsi una vita senza padroni coloniali – Chi sono Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Amílcar Cabral”. O artigo, assinado por Romano Ledda (1930-1987), director da revista *Rinas-*

*cita*, mostra três pessoas que tiveram a possibilidade de estudar e de chegar a um nível cultural proibido a muitos africanos: o artigo é o resultado de uma longa conversa feita com Marcelino dos Santos numa viagem até à região de Toscana, onde o moçambicano queria ver as manifestações do Renascimento italiano. Palavras, portanto, que têm como objectivo o de mudar a imagem destas pessoas de rebeldes incultos e selvagens para homens de cultura que apenas perseguem a liberdade do seu povo. Na mesma página sai mais um artigo sobre Angola: “Il primo ministro portoghese affronta il problema alla TV. A una svolta decisiva la crisi dei rapporti Lisbona-Vaticano”, pondo no fim do artigo uma notícia de 8 linhas: “il premier olandese approva l’udienza concessa da Paolo VI ai tre esponenti dei movimenti di liberazione” para mostrar ao Papa a solidariedade com a corajosa escolha feita.

O *Paese Sera* (9-7-1970: 11) publicou um artigo do vaticanista Lillo Spadini (1920-1999), “Rientra la crisi per l’udienza papale ai leaders africani. Lisbona si dice soddisfatta delle ‘spiegazioni’ vaticane”. “Il presidente portoghese Caetano attribuisce al Papa una auto-sconfessione dell’udienza agli esponenti della resistenza in Angola, Mozambico e Guinea-Bissau – In Vaticano ci si rifiuta di commentare le dichiarazioni e ci si trincerava sul ‘riserbo diplomatico’”. De facto, em Portugal interveio o mesmo Marcelo Caetano na televisão com um discurso de 7 minutos. O político português referiu as palavras que o Pontífice teria dirigido aos três africanos: Paulo VI ter-se-ia limitado “a incoraggiare i tre leaders a fare uso di mezzi pacifici per ottenere i loro scopi e che nessuna parola è stata da lui pronunciata nel corso dell’udienza che potesse suonare offensiva per il Portogallo, non è stato dato alcun giudizio sulla politica portoghese, né vi è stata una qualsiasi ingerenza negli affari interni del Portogallo”. A estas palavras Marcelo Caetano acrescenta as suas interpretações políticas, reforçando a sua posição ditatorial, que os jornais italianos não deixam de registar:

Il Papa afferma nella nota consegnataci che egli non benedice e non può benedire terroristi del genere. Aggiunge che non può dare il benvenuto e lodare coloro che per tanti anni hanno sparso dolore e rovina nei territori portoghesi. Afferma che non può sancire la ribellione armata contro un governo legittimo che mantiene relazioni amichevoli con la S. Sede, né può negare la benevolenza mostratagli dal Portogallo durante la sua visita al santuario di Fatima nel 1967. Tutta la faccenda dimostra la diabolica perfidia dei nemici della nostra politica africana come i terroristi che si sono infiltrati in San Pietro.

O Vaticano não replicou a esta leitura e livre interpretação de Marcelo Caetano. Mas o mesmo Lillo Spadini, especialista em questões do Vaticano do *Paese Sera*, comenta no final do artigo: “Su un punto però la Santa Sede resta ferma: nell’escludere, cioè, in modo tassativo la eventualità che Paolo VI non fosse perfettamente a conoscenza della identità, dei titoli, della attività e della posizione politica dei tre leaders ricevuti in udienza”. Fecha-se assim este capítulo fundamental para a afirmação da autodeterminação dos povos na Europa e o acontecimento da audiência papal teve a sua importância histórica: o Vaticano reconheceu publicamente perante os olhos de todo o mundo a existência destas três pessoas e a razão pela qual estavam aí presentes. Começa, depois deste reconhecimento papal, um novo olhar por parte dos *mass-média* italianos, mesmo dos de área não comunista.

Entretanto o resto do mundo cristão, sobretudo jovens estudantes (World Student Christian Federation), deu voz ao próprio pensamento anticolonialista na linha já evidenciada pelo Papa Montini, publicando, no ano seguinte (1971), em Genebra (Suiça) um opúsculo de 15 páginas sobre *The Rome conference and the Portuguese Puppet*.

A luta contra a opressão nos países africanos não pára e em Itália em 1972 (8 e 9 de abril) regressa a Milão um colóquio organizado por Liberazione e Sviluppo ao qual devemos a

saída do *Dossier sulle colonie portoghesi* introduzido pelo historiador e académico Giampaolo Calchi Novati (1935-2017).

No ano seguinte, em 1973 nos dias 24 e 25 de Março, ocorre mais uma conferência de solidariedade para Angola, Moçambique e Guiné Bissau: desta vez em Reggio Emilia (Rossi, 2011: 218-252), uma cidade do norte de Itália de longa tradição de esquerda, numa atmosfera de profunda partilha, onde intervêm Manuel Jorge (1948-2016) representante do MPLA, Silvino Manuel da Luz (n. 1939) representante do PAIG da Guiné Bissau, e Samora Machel (1933-1986) representante do FRELIMO de Moçambique. No dia seguinte houve até uma manifestação na Piazza della Libertà na qual participaram numerosos cidadãos italianos e os representantes políticos dos maiores partidos da época que tinham organizado ou apoiado o evento (Giancarlo Pajetta, 1911-1990, do Partito Comunista Italiano; Mario Zagari, 1913-1996, do Partito Socialista Italiano; e Gilberto Bonalumi, n. 1941, da Democrazia Cristiana) (Borruso, 2004: 153-154; Armillotta, 2007: 221). Estes importantes episódios foram descritos por muitos jornais: em particular *L'Unità* deu grande destaque através de um artigo de uma coluna e meia de Giorgio Migliardi (1936-2002), relevante correspondente deste jornal de esquerda que passará alguns anos depois à agência “Dire”.

É exactamente neste contexto que sai o parecer de Agostinho Neto o qual pretende da política italiana uma atitude mais incisiva: de facto, ele não deixa de perceber que o governo italiano aplica – como bem evidencia Vincenzo Russo – “una vera e propria strategia sincopata della tensione e della distensione tra fedeltà internazionale all'alleanza atlantica e posizioni favorevoli all'autodeterminazione dei popoli” (Russo, 2020: 21). Assim, na entrevista dada ao jornal *Avanti* (9-5-1973. Sulle responsabilità: 1), Neto denuncia “le responsabilità del governo italiano accusandolo di ‘doppio gioco’”.

Mas o ano de 1974, com a sua democracia está às portas: é mais uma vez Paulo VI no Discurso aos Cardeais presentes

em Roma para o seu Aniversário do Pontificado, no sábado 22 de Junho, portanto, logo depois da afirmação do sistema democrático em Portugal, a dar voz à esperança africana:

Non potremmo terminare senza dar voce ad un'altra speranza, ad un altro voto ardente che alberghiamo nel cuore. L'uno e l'altro si riferiscono ai territori africani del Mozambico, dell'Angola, della Guinea-Bissau e Capo Verde. Si tratta di regioni e di popolazioni a noi particolarmente care, anche per la diffusione che il messaggio evangelico vi ha avuto.

La nostra posizione, nei confronti dei problemi che sono andati insorgendo in essi e riguardo ad essi nel corso degli anni più recenti, è stata limpida e chiara: quella di favorire una libera e cosciente evangelizzazione ed insieme lo sviluppo civile dei territori in questione, e, nell'evolversi della loro maturazione storica, quella ispirata ai principii di giustizia che abbiamo varie volte proclamati, in particolare nell'occasione della visita a Kampala nell'estate del 1969, ed alla retta prudenza che deve presiedere all'ordinata ed efficace attuazione dei principii medesimi. Espressa con la discrezione che le circostanze esigevano da noi, tale posizione era ben conosciuta ai livelli più responsabili; ed abbiamo avuto l'incoraggiamento di vederla riconosciuta ed apprezzata da diretti rappresentanti e da Capi di Stato africani, più che altri interessati ad una situazione che toccava il sentimento e le esigenze dell'intero loro continente e, in alcuni casi, gli interessi vitali dei loro rispettivi Paesi. Facciamo ora voti che la buona volontà, il senso di giustizia e delle esigenze storiche del momento, la comprensione dei diritti delle popolazioni dei territori in questione e dei legittimi, comuni superiori interessi, conducano a quella sollecita e soddisfacente soluzione che sembra essere nei desideri e nei propositi dei responsabili. (Paolo VI, 1975: 586-587)

O dia 11 de Novembro de 1975 estava às portas: a imagem de uma Angola independente já tinha chegado ao seu nível de maturidade. Itália tornou-se cúmplice de uma libertação e a presença em Itália e no Vaticano dos maiores representantes

do movimento de libertação africana ajudaram para a sensibilização política a caminho da liberdade. Como declarou Eugénia Neto no dia 6 de Março de 2015 durante um encontro internacional sobre “O Contributo do Beato Papa Paulo VI, da Igreja e da Itália para as independências da África: o caso dos PALOP” que se realizou na Sala Marconi na Rádio Vaticano, “Os líderes africanos das colónias portuguesas entraram à presença do Papa como rebeldes e saíram como patriotas”. Agostinho Neto estava presente.

[texto escrito no antigo acordo]

## BIBLIOGRAFIA

- AFG (1970), Fondo Lucio Mario Luzzatto, Questioni Internazionali (1950-1986): colonie portoghesi; La lotta di liberazione nell’Africa portoghese. Appello alla solidarietà dei nazionalisti africani. *Relazioni Internazionali*, 34, 28, 708.
- Albano, Mario (2003). *Joyce Lussu, una donna nella storia*. Cagliari: CUEC.
- Armillotta, Giovanni (2007). *L’Angola e l’ONU: dagli inizi della lotta di liberazione alla fine della guerra civile, 1961-2002*. Roma: Aracne.
- Ballestra, Silvia (1996). *Joyce Lussu, una vita contro*. Baldini & Castoldi.
- Borruso, Paolo (2006). L’Italia fra cooperazione e terzomondismo negli anni Sessanta e Settanta. In Luciano Tosi e Lorella Tosone (a cura di), *Gli aiuti allo sviluppo nelle relazioni internazionali del secondo dopoguerra. Esperienze a confronto* (214). Padova: CEDAM.
- Borruso, Paolo (2004). *Il PCI e l’Africa indipendente apogeo e crisi di un’utopia socialista (1956-75)*, [s. n.], Roma.
- Calchi Novati, Gian Paolo (1970). L’ultimo Impero coloniale. La lotta di liberazione dell’Africa portoghese dopo la conferenza di Roma. *Relazioni Internazionali*, 34, 27, 668.
- Capancioni, Claudia (2012). Joyce Lussu’s ‘Africa, Out of Portugal’: translating José Craveirinha, Kaoberdiano Dambarà, Marcelino dos Santos, Agostinho Neto, and Alexander O’Neill in italian. *Scientia Traductionis* (Florianópolis), 11, 245-258.

- Celani, Simone (2003). Con occhi asciutti di Agostinho Neto. Storia di una prima edizione. *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani*, 5, 53-56.
- Lussu, Joyce (1993). *Agostinho Neto*. Venezia: Centro Internazionale della Grafica.
- (1968). *Storia dell'Angola*. Roma: Lerici.
- Matos, Vera Margarida Coimbra de (2014). *Portugal e Itália. Divergências e convergências em quarenta e três anos de relações diplomáticas (1943-1986)*, Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra.
- Milani, Ada; Russo, Vincenzo (2012). 1° de julho de 1970: o encontro entre Paulo VI e os “rebeldes” das colônias portuguesas de África: a recepção da imprensa italiana. *Polifonia*, Cuiabá, MT, 19, 26, 218-234.
- Mistretta, Giuseppe (2013). *Un ponte lungo quattro secoli. Il rapporto antico e speciale fra Italia ed Angola*. Roma: Gangemi Editore.
- MPLA (1969). *Manuale dell'alfabetizzatore: A proposito dell'Angola*. Roma: Lerici.
- MPLA (1970). *Guerra di popolo in Angola: reportage fotografico realizzato con i partigiani del MPLA*. Roma: Lerici.
- Paolo VI (1975). *Insegnamenti di Paolo VI*. XII. Città del Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana.
- Rossi, Miriam (2011). *Tutela dei diritti umani e realpolitik. L'Italia alle Nazioni Unite (1955-1976)*. [Assago]: CEDAM.
- Russo, Mariagrazia (2003). Agostinho Neto e Joyce Lussu: questioni di lingua e traduzione. *Rivista di Studi Portoghesi e Brasiliani*, 5, 57-67.
- Russo, Mariagrazia (s. d. 2014). Quando o mundo protesta: Agostinho Neto, “o elemento pernicioso” através dos documentos da PIDE. *Actas do Colóquio Internacional. Sobre a vida e obra do Dr. António Agostinho Neto (231-254)*. Luanda: Arquivo Nacional de Angola - Ministério da Cultura, Depósito Legal n° 6704/14.
- Russo, Vincenzo (2020). *La Resistenza continua. Il colonialismo portoghese, le lotte di liberazione e gli intellettuali italiani*. Milano: Meltemi.
- Topa, Francisco (2020). A primeira edição estrangeira da poesia de Agostinho Neto. *Signum: Estudos da Linguagem* (Londrina), agosto, 23, 2, 42-55.